



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

Interpeção Escrita

O Edifício Mong Sin, o Edifício da Alameda da Tranquilidade, o Edifício do Lago e o complexo de habitação pública de Seac Pai Van começaram a ser ocupados, respectivamente, em 2010, 2011, 2012 e 2013. Pouco tempo a seguir à ocupação, verificaram-se problemas relativos à qualidade da construção, não ligados a desgaste natural. Em particular, uma grande área de azulejos descolou-se das paredes e caiu; os cabos dos elevadores partiram-se uns a seguir aos outros, e foi necessário “substituir repetidamente” os azulejos descolados, embora as obras da respectiva substituição tenham sido efectuadas pelos empreiteiros responsáveis, sob o controlo das entidades fiscalizadoras.

O actual Secretário para os Transportes e Obras Públicas afirmou, na sede da Assembleia Legislativa, que a questão da qualidade das obras públicas se devia à insuficiência de recursos humanos no Governo e ao não destacamento de pessoal para cada estaleiro de obras para efeitos de fiscalização diária. Entretanto, em todas as cidades modernas a fiscalização da qualidade das obras públicas não depende do destacamento de pessoal do Governo para estaleiros de obras, mas, sim, da necessidade de exigir às entidades fiscalizadoras e aos empreiteiros responsáveis que assumam as devidas responsabilidades nos termos dos contratos celebrados, para efeitos de garantir a qualidade das obras.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Perante a verificação sucessiva de problemas, se se depender, meramente, da colaboração entre o Governo e os empresários para a adopção de medidas de remediação e não forem aplicadas penas às partes responsáveis nos termos dos contratos celebrados, será, certamente, impossível acabar com os maus hábitos das diversas partes envolvidas, ao nível de mútuo encobrimento e tolerância.

Ao longo do tempo, o Governo da RAEM tem fugido à assunção de responsabilidades, o que deu origem aos maus hábitos de mútuo encobrimento e tolerância entre os serviços competentes responsáveis pela coordenação no desenvolvimento de obras públicas, as entidades fiscalizadoras e os empreiteiros. Aquando do surgimento dos problemas, a mera adopção de medidas de remediação e a não exigência de responsabilidades levaram a que a fiscalização fosse só “para inglês ver”. No sentido de elevar os efeitos dos mecanismos de fiscalização da qualidade das obras públicas, julgo que os contratos de empreitada devem ser cumpridos com rigor, em prol da identificação da parte responsável, isto é, se a responsabilidade é dos empreiteiros ou das entidades fiscalizadoras. Se no processo de construção das obras públicas as entidades fiscalizadoras indicaram já os problemas mas os empreiteiros não procederam ao devido acompanhamento, claro que isto é da responsabilidade dos empreiteiros. Se as habitações públicas têm problemas ao nível da sua qualidade mas as entidades fiscalizadoras não conseguiram detectá-los, é então claro que isto é da responsabilidade das entidades fiscalizadores, e o Governo deve exigir



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

responsabilidades e aplicar penas nos termos dos contratos celebrados.

Interpelo, então, o Governo, sobre o seguinte:

1. Verificaram-se, sucessivamente, problemas de qualidade das habitações públicas envolvendo o Edifício Mong Sin, o Edifício da Alameda da Tranquilidade, o Edifício do Lago e o complexo de habitação pública de Seac Pai Van. Quando se trata do caso em que as entidades fiscalizadoras não conseguiram identificar os problemas de qualidade no processo de construção, o Governo deve exigir responsabilidades às entidades fiscalizadoras envolvidas e aplicar penas nos termos dos contratos celebrados. Isto já foi feito? Que penas foram aplicadas em concreto?
2. Verificaram-se, sucessivamente, problemas de qualidade das habitações públicas envolvendo o Edifício Mong Sin, o Edifício da Alameda da Tranquilidade, o Edifício do Lago e o complexo de habitação pública de Seac Pai Van. Quando se trata de problemas de qualidade por parte dos empreiteiros, que não actuaram para resolver a situação mesmo depois do alerta das entidades fiscalizadoras, o Governo deve exigir-lhes responsabilidades e aplicar penas nos termos dos contratos celebrados. Isto já foi feito? Que penas foram aplicadas em concreto (por exemplo, a descida de classe desses empreiteiros, segundo o Regime para a Sistematização do Processo de Consulta das Empreitadas de Obras Públicas)?
3. O Governo deve reforçar a responsabilização dos serviços competentes e otimizar os contratos a celebrar com as entidades fiscalizadoras e os



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

empregadores, no sentido de garantir a qualidade das obras públicas. Como é que o Governo vai fazer isto?

05 de Outubro de 2016

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Ng Kuok Cheong**